

Sobre o acesso ao campus, integração com a comunidade externa e segurança na UFABC-SBC: nota conjunta

Manifestamos grande preocupação com os caminhos anunciados e implementados pela Reitoria da UFABC como medidas para supostamente aprimorar a segurança no campus de São Bernardo do Campo da Universidade. Gostaríamos de abrir um diálogo fraterno entre a comunidade sobre esse tema, na certeza de que os valores que nos unem são muitos e que podemos rever ações e construir outros caminhos coletivamente¹.

Como pessoas que tomam parte direta no cotidiano da Universidade, estamos sensíveis e solidárias com as diferentes violências sofridas por integrantes de nossa comunidade (que incluem muitas e muitos de nós). No entanto, acreditamos que o medo que acompanha as informações que têm sido difundidas nos últimos tempos – sobre casos de natureza muito diversa – leva a um estado de ansiedade por medidas apressadas e conservadoras.

As medidas anunciadas até aqui desenham um caminho claro como o escolhido para a questão da segurança: mais restrição de acesso comunitário ao campus, com barreiras físicas e simbólicas dizendo quem pertence e quem não pertence a esse espaço; um campus menos integrado com a comunidade do entorno e com o território; e um reforço da crença em dispositivos de vigilância como solução para nossos problemas².

Longe de enfrentar o tema com a complexidade que merece, com soluções que considerem o acúmulo de pesquisas científicas sobre segurança, vigilância e território que temos na instituição, o caminho escolhido reproduz alguns dos piores aspectos do senso comum – reforçam a lógica de condomínio³ e do shopping center, ou seja, espaços privados que selecionam quem tem o direito ou privilégio de acessar e quem não tem; tais processos, em regra, intensificam e cristalizam estigmatização que recai, sempre, sobre pessoas portadoras de um mesmo perfil social e racial, intensificando processos de violências múltiplas as quais essa população é submetida em sua rotina, seja pela exclusão histórica aos espaços em que circulam saberes e elementos culturais, seja pelo confinamento em

¹ No último dia 6 de agosto, a PROAP divulgou um conjunto de ações para reforçar os protocolos de identificação nos acessos ao campus São Bernardo do Campo. Pessoas da comunidade interna (estudantes, professores e funcionários) devem apresentar documento que comprove vínculo institucional e pessoas sem vínculo permanente com a UFABC devem apresentar documentos de identificação e terão suas informações registradas. Os horários de permissão de entrada e saída mudaram, com grande restrição aos finais de semana.

² Conforme anúncios realizados em roda de conversa organizada pela ADUFABC em 26/08/2025.

³ Conferir DUNKER, Christian Ingo Lenz. Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. Boitempo editorial, 2015.

territórios marcados pela precarização urbana e de serviços públicos, pela violência policial e criminal. Na prática tais procedimentos implicam em caminhos que dificultam o que a própria Prefeitura do Campus anunciou⁴ como um pilar de um campus seguro: a *presencialidade*, um campus vivo com gente presente e circulando.

Para além dessas medidas da PROAP, escutamos também manifestações diversas em redes sociais que pedem a proliferação de câmeras com reconhecimento facial, catracas para oficializar e materializar o controle e a restrição de acesso e medidas afins, todas como supostas respostas ao problema real e preocupante de casos de violência dentro e fora dos campi, que refletem um momento complexo da realidade da violência em nossas cidades.

Há diversas pesquisas da própria UFABC demonstrando como essas tecnopolíticas da vigilância⁵ são nocivas. Estudos frequentemente divulgados demonstram que as medidas em espaços públicos de monitoramento e vigilantismo por atores privados, como por câmeras, são ineficazes e que as cidades mais seguras não são as cidades com mais dispositivos de vigilância⁶. No entanto, parece ter sido adotado por parte da comunidade essa ideia do senso comum de substituir pessoas por videomonitoramento, em tecnopolíticas que capturam dados, fragilizam a privacidade dos indivíduos e, com o reconhecimento facial, intensificam o racismo⁷ – ampliando, ao invés de combater, a insegurança.

Em outra direção, acreditamos que entre as medidas que podemos construir, estão: reforçar nossa integração com a cidade, engajando-se em (e priorizando) soluções de mobilidade urbana que garantam o direito à educação e o acesso ao campus pela comunidade como um todo, incluindo (mas não só) estudantes, funcionários e professores; englobar a ampliação radical e ágil da iluminação do campus; avançar em diálogos com a cidade para a transformação urbanística do entorno, buscando priorizar a ocupação dos vazios urbanos; priorizar com recursos atividades presenciais acadêmicas e de extensão e cultura; ampliar o contingente de pessoas fazendo uma segurança de fato comunitária, com treinamento

⁴ Em roda de conversa sobre segurança organizada pela ADUFABC em 26/08/2025.

⁵ Conferir: SCHIAVI, Iara; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A cidade neoliberal e a soberania de dados: mapeamento do cenário dos dispositivos de dataficação em São Paulo. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 14,, 2022.

⁶ Recentemente, uma pesquisa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania demonstrou que a vigilância do Smart Sampa, em São Paulo, não impactou no número de crimes realizados. Conferir: <https://cesecseguranca.com.br/textodownload/smart-sampa-vigia-mas-nao-protege>. Pesquisa da cientista política argentina Natalia Suazo demonstra que as cidades com mais câmeras não são as mais seguras: <https://chupadados.codingrights.org/vigiar-e-entreter-um-modelo-de-negocios-feliz/>.

⁷ Como demonstrado na tese de doutorado defendida na UFABC: SILVA, Tarcizio. Racismo Algorítmico e Regulação de Inteligência Artificial: O Contrato Racial na Produção do PL 2338/2023. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, São Bernardo do Campo, 2025.

permanente para lidar com as diferentes questões que envolvem as opressões e violências que podem vir a acontecer nos campi, protegendo a vida e os direitos com prioridade; instalar novos mobiliários, espaços de convivência, lazer, esporte e cultura e de cuidado e descanso para a comunidade interna e externa se apropriar do campus, poder permanecer por mais tempo nele e fazer dele um espaço vivo de trocas e convivência.

Sabe-se que mecanismos e procedimentos de controle e vigilância, além de promover a segregação e a estigmatização de determinados grupos sociais, são inúteis para reduzir a violência e a insegurança⁸. Por outro lado, é justamente a percepção de pertencimento ao lugar, do direito ao acesso, permanência e circulação em um determinado território que amplia a produção do vínculo da comunidade com esse espaço, como sendo também pertencente ao seu cotidiano e não apartado dele. No caminho oposto, o campus de São Bernardo do Campo segue bastante esvaziado e hostil às pessoas, marcado pela adoção de dispositivos tradicionais de vigilância como muros e guaritas, que delimitam os espaços entre o dentro e o fora do território. Ao invés de ampliar a circulação de pessoas dentro e no entorno, a Universidade caiu na armadilha de um caminho de fracasso: o controle de entrada e saída, mais restrições e o consequente esvaziamento do campus.

Importante destacar que estudos que datam ainda das décadas de 1980 e 1990 já apontavam os riscos concretos que as barreiras à circulação impunham ao espaço público⁹, produzindo seu esvaziamento e, portanto, sua degradação e, ao mesmo tempo, propiciando ambientes privados marcados pela homogeneidade social e racial: isto é, enquanto pessoas brancas de classes médias e altas convivem em territórios controlados, pessoas pobres e negras ficam relegadas aos espaços urbanos esvaziados, degradados e violentos. Esse processo social tem profundo impacto sobre a própria democracia uma vez que insere fraturas concretas no direito à circulação das pessoas. Se tais processos já são graves quando estamos tratando de espaços privados, tanto mais grave ainda é quando essa lógica do controle e da seletividade é operada no espaço da universidade pública - especialmente contraditório com as premissas que estão na base da própria construção da UFABC.

Cabe ressaltar que as medidas anunciadas contradizem nosso planejamento coletivo de futuro: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2033, que propõe construirmos as bases para o bem-viver com a ocupação e a apropriação dos espaços da Universidade, em ações como "Promover convivência e integração da comunidade", Priorizar e estimular "com

⁸ Conferir FIRMINO, Rodrigo José. Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal. In: BRUNO, Fernanda et al, Tecnopolíticas da vigilância. São Paulo: Boitempo, 2018.

⁹ Entre as muitas referências, recomendamos: CALDEIRA, Teresa. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo, São Paulo, EDUSP, 2000.



recursos financeiros as atividades presenciais, com ampliação da estrutura de apoio à realização de práticas nos campi e sua divulgação”, “Promover formação continuada acerca do que é uma universidade pública e seus espaços, com ampliação dos ambientes de arte e cultura dentro dos campi [...] e criação de campanhas para que moradoras e moradores do entorno usufruam da infraestrutura da UFABC, como bibliotecas, espaços para caminhadas, ginásio, piscinas, entre outros”, “Incentivar e desenvolver atividades em espaços públicos como praças, parques, e ginásios no entorno dos campi para a prática de esportes e lazer, visando maior pertencimento da comunidade acadêmica ao território, bem como maior integração com a comunidade externa, possibilitando o uso dos equipamentos da UFABC pela comunidade”, entre outras tantas ações nessa direção.

Acreditamos no papel central e pioneiro da universidade pública em tomar decisões inclusivas e efetivas ao promover uma ampla discussão baseada no acúmulo científico e em espaços de participação. Conclamamos para que o tema seja objeto de debates em nossas instâncias colegiadas, espaços democráticos para tomada de decisões e amadurecimento das reflexões, considerando os diferentes acúmulos existentes na própria Universidade, para que sejam revistas as ações que nos colocam no sentido oposto daquele pactuado em nosso último PDI.

Por espaços universitários vivos, sem catracas, integrados cada vez mais ao território e à comunidade como um todo e com mais pessoas garantindo uma segurança comunitária em defesa da vida e dos direitos humanos.

São Bernardo do Campo, 15 de setembro de 2025.

Assinam esta nota conjunta o **TERRITORIAL** – Grupo de Pesquisa Território Praticado, Conjuntura e Tecnopolítica na América Latina, **SEVIJU** – Grupo de Pesquisa em Segurança, Violência e Justiça e **LABLIVRE** – Laboratório de Tecnologias Livres.